

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

PROJETO DE LEI Nº 2.233, DE 2024

Altera a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, para assegurar mecanismos de incentivo à participação das pessoas com deficiência na produção e na prática de atividades artísticas, intelectuais, culturais, esportivas e recreativas.

Autor: Deputado BENES LEOCÁDIO

Relator: Deputado MARCELO QUEIROZ

I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 2.233, de 2024, de autoria do Ilustre Deputado Benes Leocádio, pretende alterar a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, para assegurar mecanismos de incentivo à participação das pessoas com deficiência na produção e na prática de atividades artísticas, intelectuais, culturais, esportivas e recreativas.

Na justificção, o ilustre Deputado aponta que o Estatuto da Pessoa com Deficiência, ao abordar, no Capítulo IX, o direito à cultura, ao esporte, ao turismo e ao lazer das pessoas com deficiência, o fez de modo a limitar a garantia destes direitos à acessibilidade física ou material, sem buscar garantir às pessoas com deficiência a oportunidade de produzir e participar diretamente de atividades artísticas, intelectuais, culturais, esportivas e recreativas. Observa-se, assim, um fomento específico insuficiente para projetos realizados ou protagonizados por pessoas com deficiência.

Neste quadro, como o Estatuto da Pessoa com Deficiência é uma norma geral de abrangência nacional, a proposição busca estabelecer



diretrizes para que os entes subnacionais reforcem a participação ativa das pessoas com deficiência em atividades artísticas, intelectuais, culturais, esportivas e recreativas.

O projeto não possui apensos.

O projeto foi distribuído às Comissões de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência e Constituição e Justiça e de Cidadania (art. 54 RICD).

A apreciação da proposição é conclusiva pelas Comissões e seu regime de tramitação é ordinário, conforme o art. 24, inciso II e art. 151, inciso III, ambos do Regimento Interno da Câmara dos Deputados (RICD).

É o relatório.

2024-13642

II - VOTO DO RELATOR

Compete a esta Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência, nos termos do art. 32, XXIV do Regimento Interno da Câmara dos Deputados (RICD) manifestar-se sobre o mérito do Projeto de Lei nº 2.233, de 2024, em particular no que diz respeito à promoção e defesa dos direitos das pessoas com deficiência.

O PL 2.233/2024 visa alterar a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência), para assegurar a criação de mecanismos de incentivo à participação das pessoas com deficiência na produção e na prática de atividades artísticas, intelectuais, culturais, esportivas e recreativas.

O projeto é, no que diz respeito à promoção e defesa dos direitos das pessoas com deficiência, indiscutivelmente meritório. Ele busca promover a efetiva participação e protagonismo das pessoas com deficiência em diversas esferas culturais e recreativas, possibilitando que elas sejam não



2024-13642



apenas consumidoras de cultura e lazer, mas também produtoras e agentes ativos. Nesse sentido, o projeto é louvável, pois fortalece a inclusão social das pessoas com deficiência, indo além da mera garantia de acessibilidade.

O Estatuto da Pessoa com Deficiência já reconhece o direito das pessoas com deficiência à cultura, ao esporte, ao turismo e ao lazer, mas, conforme bem apontado na justificativa da proposição, faltam mecanismos específicos que estimulem sua participação direta na criação e na produção de atividades nessas áreas.

Neste quadro, a inclusão das medidas previstas no novo parágrafo único do artigo 43 vem ao encontro da necessidade de fomento específico de projetos protagonizados por pessoas com deficiência, prevendo, por exemplo, a ampla divulgação de informações e o estímulo a projetos que envolvam diretamente essas pessoas.

A Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, que no Brasil possui hierarquia constitucional, adota como princípio a plena e efetiva participação e inclusão dessas pessoas na sociedade. O art. 30, §2 da Convenção impõe ao Estado brasileiro a obrigação de tomar as “medidas apropriadas para que as pessoas com deficiência tenham a oportunidade de *desenvolver e utilizar seu potencial criativo, artístico e intelectual*, não somente em benefício próprio, mas também para o enriquecimento da sociedade”.

O cumprimento desses comandos de hierarquia constitucional, portanto, não se satisfaz com a mera acessibilidade das pessoas com deficiência, na qualidade de sujeitos passivos, aos bens culturais. Impõe-se a efetiva inclusão das pessoas com deficiência como sujeitos ativos da cultura, do esporte, do turismo e do lazer.

Além disso, o projeto está em consonância com os objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil, conforme estabelecido no artigo 3º da Constituição Federal, que incluem a construção de uma sociedade



livre, justa e solidária, a erradicação da marginalização e a promoção do bem de todos, sem preconceitos ou discriminações de qualquer espécie.

Portanto, entendo que o Projeto de Lei nº 2.233, de 2024, contribui de maneira significativa para a inclusão e o empoderamento das pessoas com deficiência, garantindo-lhes a oportunidade de serem protagonistas em espaços de expressão cultural e recreativa – algo essencial para a construção de uma sociedade verdadeiramente inclusiva.

Nesta oportunidade, apresento uma emenda alterando a redação proposta para o inciso III do parágrafo único a ser inserido no art. 43 do Estatuto da Pessoa com Deficiência. Esta emenda tem o intuito de ampliar o escopo das ações voltadas à inclusão das pessoas com deficiência, estabelecendo de forma expressa que o Poder Público deve também estimular a realização de projetos que tenham essas pessoas como principal público-alvo.

Exemplos de iniciativas como o "Teatro Cego", que realiza peças em completa escuridão, possibilitando ao público vivenciar uma experiência sensorial única e inclusiva, e o teatro em Libras, que permite o acesso pleno de pessoas surdas ao conteúdo cultural, ilustram a importância de se fomentar projetos que priorizem o protagonismo e o bem-estar das pessoas com deficiência. Essas iniciativas, não raro, são produzidas e realizadas por pessoas com deficiência e voltadas especificamente às suas necessidades e experiências sensoriais.

Ao estimular diretamente a criação de projetos voltados especificamente para o público com deficiência, a redação, na forma proposta pela emenda, contribuirá para a eliminação de barreiras sociais e culturais, permitindo que essas pessoas não apenas usufruam de bens e atividades, mas também se sintam representadas e incluídas em todas as formas de expressão cultural.

Iniciativas como essas possibilitam uma integração plena, oferecendo um ambiente acolhedor e acessível que valoriza o potencial criativo



e expressivo de cada indivíduo, promovendo uma sociedade verdadeiramente inclusiva e plural.

Ante o exposto, voto, no mérito, pela *aprovação* do Projeto de Lei nº 2.233, de 2024, com a emenda apresentada nesta Comissão.

Sala da Comissão, em de de 2024.

Deputado MARCELO QUEIROZ
Relator



COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

PROJETO DE LEI Nº 2.233, DE 2024

Altera a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, para assegurar mecanismos de incentivo à participação das pessoas com deficiência na produção e na prática de atividades artísticas, intelectuais, culturais, esportivas e recreativas.

EMENDA Nº

Dê-se ao art. 2º do projeto a seguinte redação:

"Art.
2º
"Art. 43.....
.....
Parágrafo
único.....
.....
III - estímulo à realização de projetos que tenham pessoas com deficiência como principal público-alvo, ou que promovam a fruição de bens, produtos e atividades por pessoas com deficiência. "

Sala da Comissão, em de de 2024.

Deputado MARCELO QUEIROZ
Relator

